

SUBMARINOS PARA QUÊ? CONDICIONANTES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SUBMARINOS BRASILEIROS

Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza¹

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira²

RESUMO

Quais são os fatores indutores do Programa de Desenvolvimento de Submarinos? Este artigo explica que o alto investimento na produção de novos submarinos convencionais e do primeiro submarino de propulsão nuclear do Brasil está condicionado a objetivos em três esferas de interesse: (1) para a defesa da Amazônia Azul, seus recursos naturais e energéticos (sobretudo as reservas de petróleo do pré-sal), e proteção das rotas de comércio exterior; (2) interesses em nível regional, em que o Brasil busca fortalecer o processo de integração como forma de promover a estabilidade regional e consolidar sua liderança na América do Sul; e (3) para fomentar objetivos de nível global, em que o País busca ampliar sua inserção internacional, participar de processos decisórios de maior relevância e adquirir assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A metodologia foi qualitativa, norteada pelas particularidades do caso e operacionalizada pela técnica bibliográfico-documental. Constatou-se que os atributos táticos, diplomáticos e ofensivos dos submarinos são adequados aos interesses brasileiros, pois instrumentalizam sua política externa e de defesa.

Palavras-chave: Submarino. Prosub. Poder Naval. Defesa Nacional. Brasil.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), Brasil. Fez Pós-doutorado na área de Relações Internacionais no âmbito do Programa Pró-Defesa IV pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPE. Atualmente é Professor Substituto no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF). E-mail: dros.ufpe@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8967-0040>

² PhD em Governo na Essex University e Professor Titular de Ciência Política da UFPE, Recife (PE), Brasil. Pesquisa temas de Defesa, Segurança e Política Externa com apoio da CAPES e CNPq. Seu último livro é *Defesa Cibernética e Mobilização Nacional*, 2020. E-mail: guedes@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9792-5453>

INTRODUÇÃO

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) consiste na produção de quatro submarinos diesel-elétricos, por meio de uma parceria de transferência de tecnologia com a empresa francesa Naval Group, e da obtenção de conhecimento necessário para a construção do primeiro submarino convencional de propulsão nuclear (SCPN)³, o SN-10 Álvaro Alberto.

O acordo foi assinado entre Brasil e França, em 2008⁴, e abriu caminho para o firmamento do contrato entre a Marinha do Brasil (MB) e a empresa francesa, o que representou uma evolução do programa de submarinos atrelado ao Programa Nuclear da Marinha, da década de 1970. A escolha pela parceria levou em consideração a habilidade técnica e o conhecimento da *Naval Group* para a construção de submarinos convencionais, bem como daqueles com propulsão nuclear; as características técnicas do submarino europeu – o *Scorpène* –; e as facilidades e garantias dadas para a transferência de tecnologia. Em 2018, foi entregue, para fase final de testes, o primeiro submarino convencional do PROSUB (o *Riachuelo* S40), submarino brasileiro da classe batizada com o mesmo nome. No final de 2020, foi a vez do *Humaitá* (S 41) ser lançado ao mar para a realização das avaliações que antecedem a entrada em operação. Os demais, *Toneleiro* (S 42) e *Angostura* (S 43), estão com entregas programadas para 2021 e 2022. O SN Álvaro Alberto tem previsão de entrega para 2033⁵.

A Classe *Riachuelo* (S-BR) é uma adaptação do modelo francês *Scorpène*. Ela aproveitou a tecnologia embarcada, a integração e a automação de seus sistemas de navegação e de combate, e seu desenho hidrodinâmico. As necessidades operacionais brasileiras modificaram o projeto original francês, estendendo-o em 5,21 metros de comprimento, passando de 66,4 m para 71,62 m; também ficou 153 kg mais pesado na superfície (LOPES, 2018). As mudanças foram realizadas para aumentar a autonomia da

³ Neste artigo, “submarino nuclear” refere-se ao projeto de construção do primeiro Submarino Convencional de Propulsão Nuclear” (SCPN) do Brasil. Ele não se confunde com o Submarino Nuclear Lançador de Míssil Balístico (SSBN), que pode fazer uso de mísseis com ogivas nucleares.

⁴ Brasil e França assinam acordo na área de defesa de R\$ 28 bilhões. O Globo (online), 23 dez. 2008. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-franca-assinam-acordo-na-area-de-defesa-de-28-bilhoes-3800059>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

⁵ S-41 Humaitá pronto para ser lançado. Defesanet, 03 dez. 2020. Disponível em: <DefesaNet - Prosub - S-41 Humaitá pronto para ser lançado>. Acesso em: 29 ago. 2019.

embarcação, uma exigência imposta pelos 7,3 mil quilômetros de costa, pelos mais de 3,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e mais 2 milhões km² de Plataforma Continental.

Embora a Classe Riachuelo seja composta de submarinos convencionais com sistema de propulsão diesel-elétrica — o que obriga a coletar ar atmosférico para recarregar as baterias⁶ — a sua autonomia total pode chegar a setenta dias de navegação. O seu sistema de comando e controle é totalmente integrado⁷. Ele comanda e coordena as funções de detecção e vigilância acústica⁸, de alarme antecipado e mastros, o controle das armas e a gestão dos dados obtidos nos periscópios (CAIAFA, 2018; PADILHA, 2012).

No que se refere ao submarino com propulsão nuclear (SCPN), a parceria com a França se limita a transferência de tecnologia e construção das partes não nucleares do Álvaro Alberto, sendo o desenvolvimento do reator e a sua implantação responsabilidades da MB. O projeto do SN-BR é semelhante ao da Classe Riachuelo, diferenciando-se na tonelagem (6 mil toneladas frente a 2,2 mil dos submarinos convencionais); no comprimento, cerca de 100 metros, 28 a mais que os Riachuelo; e no diâmetro de 9,8 metros — maior que os 6,2 m do Submarino convencional (O PROSUB, 2018). Essas mudanças foram realizadas para poder acomodar o reator nuclear.

O SN será equipado com dois motores elétricos e um reator que poderá gerar até 50 MW térmicos, o que lhe confere um padrão de velocidade elevada, mantida por muito mais tempo, quando comparado aos modelos convencionais que têm limitações de velocidade impostas por restrições energéticas. Os sistemas de controle/navegação, de detecção acústica e de autodefesa do Álvaro Alberto serão semelhantes aos empregados nos Riachuelo. Como ambos são submarinos de ataque, cujo propósito natural é detectar e afundar outras embarcações, possuem

⁶ “Baterias HAGEN (*Exide Technologies Industrial Energy*) distribuídas em 2 compartimentos, cada um com 220 células” (CAIAFA, 2018). As baterias alimentam o gerador elétrico que impulsiona o motor elétrico principal - Jeumont-Schneider - que movimenta as hélices. Conferir Lopes (2018a).

⁷ O sistema é o avançado Thales SUBTICS (*Submarine Tactical Information and Command System*). Ele permite a integração dos sonares *Thales S-Cube*, que centralizam as ações dos sonares periféricos e permitem a detecção antecipada, a leitura digital das matrizes de sons e ruídos e o arquivamento e resgate, a qualquer tempo, dessas informações (CAIAFA, 2019).

⁸ A Classe Riachuelo tem a detecção acústica composta de avançados sonares ativos e passivos da empresa Thales Group: *Thales Safare matriz de interceptação ou Thales S-Cube*, *Thales TSM 2233 Eledone (DSUV-22)*, *TSM 2253 flank array passivo* (CAIAFA, 2018; PADILHA, 2012).

sistemas de armas equipados com torpedos e mísseis, os modernos F-21 e Exocet SM 39.

Questionando quais são os fatores indutores do PROSUB, este artigo objetiva apresentar os fatores políticos e estratégicos – com consequências táticas – que explicam o alto investimento – com valores iniciais acima de R\$ 15 bilhões⁹ – na produção dos quatro submarinos convencionais e do futuro submarino de propulsão nuclear, SN-10 Álvaro Alberto. Tais fatores não são definidos como estratégicos apenas por força semântica, mas sim porque seguem a lógica de Rosinski¹⁰, que estipula três esferas pelas quais os objetivos relacionados à defesa percorrem¹¹: (i) na alta cúpula, a política coordena, gere e planeja a guerra e seus preparativos; (ii) no nível estratégico, realiza-se a coordenação de todos os meios militares disponíveis para que os objetivos estipulados no nível anterior se concretizem. O nível estratégico se concretiza por meio de um terceiro, (iii) o tático-operacional, que envolve desde o planejamento das operações e dos meios a serem utilizados até o combate propriamente dito. Dessa forma, os interesses foram designados como estratégicos porque são objetivos do Estado e, para se concretizarem, precisam da contribuição do poder militar.

A hipótese sustentada é a de que os interesses políticos e estratégicos regionais, globais e de defesa da Amazônia Azul condicionam o fenômeno em apreço. Para testá-la, foi realizado um estudo qualitativo, orientado pelas particularidades do caso. Como os fenômenos políticos estão distribuídos, no espaço e no tempo, e são compostos por uma série de eventos que se sucedem (TILLY, 2006), um estudo de caso aprofundado e instrumentalizado por pesquisa bibliográfica-documental permitiu desvendar o encadeamento de fatos e acontecimentos que moldam o objeto analisado.

Os documentos de defesa representam a orientação doutrinária e estratégica dos países (SOUSA, 2018) e estão posicionados nas instâncias político-estratégicas superiores. Como são formulados por altos comandos políticos e militares, serviram, assim, como fontes primárias de evidências

⁹ Submarino vira modelo de parceria tecnológica entre Brasil e França. Valor Econômico, 10 dez. 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/475608/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 03 fev. 2019.

¹⁰ Herbert Rosinski, um estudioso da teoria da guerra e da estratégia, nos anos 1950. Formulou um dos conceitos mais utilizados para explicar a relação entre os níveis de decisão militar (ERVILHA, 2011, p. 56).

¹¹ Conferir em Coute-Begarie (2011, p. 117-118).

e informações¹². As fontes secundárias são diversas, mas significativa atenção foi dada à literatura que discute a política externa brasileira, dos anos 1990 e 2000, e a política de defesa do período. Como os interesses estratégicos dos três níveis partem de propósitos vinculados à política externa, é justificável procurar na trajetória recente¹³ da diplomacia brasileira os seus elementos formativos.

O trabalho tem a seguinte estrutura: na primeira seção, mostra-se que os investimentos no PROSUB estão ligados à capacidade que os submarinos têm de favorecer engajamentos estratégicos e táticos que promovem as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN)¹⁴, fundamentais para a proteção das águas jurisdicionais e da Amazônia Azul. Na segunda, é demonstrado como os novos submarinos podem aprimorar a capacidade dissuasória, robustecer a política externa brasileira e projetar poder no Atlântico Sul. A hipótese é a de que o PROSUB pode concretizar a posição de potência regional do Brasil e garantir suporte para seus anseios extrarregionais. O condicionante global, por último, parte da premissa de que os novos submarinos brasileiros, sobretudo o nuclear, também são úteis à concretização dos interesses políticos extrarregionais, conforme eles projetam força que amplia o poder relativo do Brasil nas relações internacionais, favorecendo o seu objetivo de política externa: tornar-se um membro efetivo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

OS SUBMARINOS E A DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

Por suas riquezas naturais, biodiversidade e tamanho — de dimensões proporcionais à Amazônia —, as águas sobre as quais o Brasil tem direito territorial de controle e exploração foram denominadas de Amazônia Azul (BRASIL, 2012b, p. 21). O termo é utilizado para designar o conjunto de riquezas econômicas e naturais dos mares do país — compreendendo cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados

¹² Documentos declaratórios da Defesa do Brasil: Política de Defesa Nacional (PDN-1996); Política de Defesa Nacional (PDN-2005); Estratégia Nacional de Defesa (END-2008); Política Nacional de Defesa (PND-2012); Estratégia Nacional de Defesa (END-2012); e Livro Branco de Defesa.

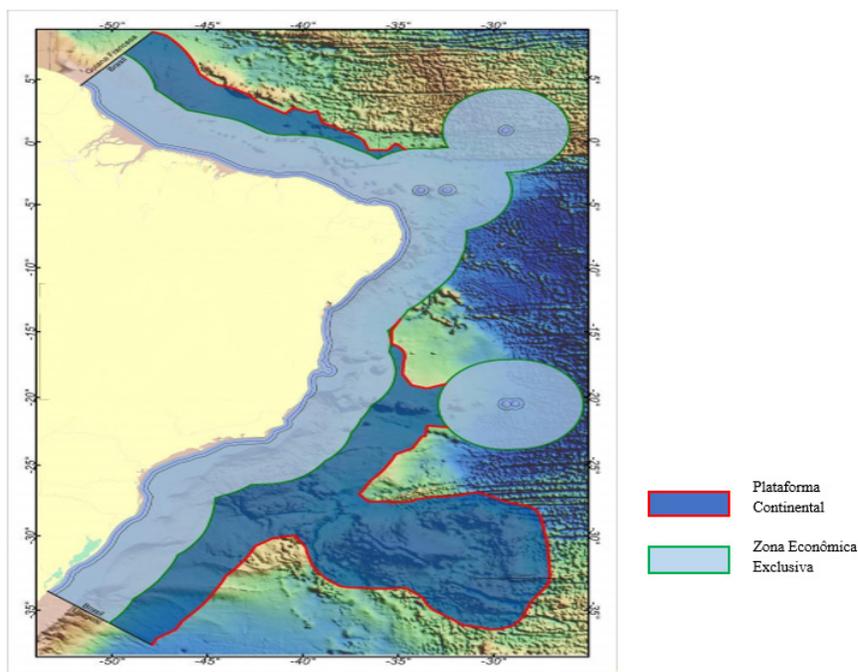
¹³ O período de conformação da política externa e de defesa analisado se estende do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995 – até a publicação do Livro Branco de Defesa, em 2012.

¹⁴ A negação do uso do mar ao inimigo (NUM), o controle de áreas marítimas (CAM), a projeção de poder sobre terra (PPT) e a dissuasão compõem as TBPN, abordadas na seção. Ler Marinha do Brasil (2014a, p. 1-6).

—, o que inclui a Zona Econômica Exclusiva, área em que o Brasil tem direito exclusivo de exploração dos recursos naturais (vivos, não vivos e do subsolo), estendendo-se até às 200 milhas náuticas do litoral (370 km), e a Plataforma Continental (PC), que compreende o solo e o subsolo das áreas submarinas que extrapolam o mar territorial e a zona contígua, não ultrapassando a distância de 350 milhas náuticas — 648 km — (BRASIL, 1990) — ver Figura 1.

Em 2007, o Brasil conseguiu a expansão da PC junto à Organização das Nações Unidas (ONU), tendo 80% da solicitação de incorporação de 960 mil km² atendida. Diante da rejeição de parte da área pleiteada, novos pedidos foram realizados em 2015, 2017 e 2018. O pedido realizado em 2015 foi aceito na sua íntegra pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU. Os dois últimos pleitos expandem a Amazônia Azul para uma área de 5,7 milhões de km².

Figura 1 – Mapa da Amazônia Azul



Fonte: adaptado de Marinha do Brasil¹⁵.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Somam importância à Amazônia Azul as descobertas de petróleo e gás, realizadas no ano de 2005, na camada pré-sal, subsolo da PC. As maiores reservas situam-se entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, e apenas duas áreas dessa região, Tupi e Iara, podem dobrar as reservas de petróleo do país (CAMPO, 2008). O mar também tem grande importância para o Brasil, pois a sua economia depende das vias marítimas para escoação de comércio exterior e importação de produtos e insumos.

Essa dependência impõe a promoção de estratégias que garantam o controle do tráfego marítimo, bem como o controle e a prevenção de incidentes nas águas sob sua jurisdição (BRASIL, 2012, p. 17). Interferências no tráfego marítimo trariam prejuízos com potencial de paralisar a vida econômica (CASTRO 2012). Em um cenário de agressão externa, o Atlântico Sul e o espaço aéreo sobrejacente seriam os prováveis acessos para as forças inimigas (TEIXEIRA DA SILVA, 2009). Isso implica vulnerabilidade, a que o país está submetido, sendo dependente do tráfego marítimo e da exploração do petróleo *offshore* (CARVALHO, 2004).

Nesse sentido, o Brasil enfrenta o desafio de mobilizar capacidade técnico-operacional para robustecer estratégias de defesa e competência de reagir a ingerências estrangeiras no Atlântico Sul. Como as hipóteses mais prováveis de ameaça teriam apenas parte do litoral como objeto de agressão, haja vista o tamanho da costa brasileira, cabem o emprego de um “núcleo moderno”, composto de submarinos convencionais e navios de superfície para o controle de áreas sensíveis, e o emprego de submarinos com propulsão nuclear para a defesa de áreas mais distantes (FLORES, 2002, p. 82).

Os submarinos tornam-se recursos indispensáveis na estratégia de defesa marítima, na medida em que seus atributos de discrição, mobilidade, ofensividade e habilidade de causar surpresa ao oponente lhe conferem vantagens táticas inigualáveis. Os avanços técnicos promovidos após a Segunda Guerra mundial, como a utilização do snorkel¹⁶, possibilitou que os submarinos permanecessem embaixo d’água, com acesso ao oxigênio necessário para alimentar a combustão dos motores movidos a diesel (HECHT, 2007, p. 14-15), aumentando significativamente a sua discrição.

¹⁶ “O Snorkel, invenção holandesa adaptada pelos alemães aos seus submarinos nos anos finais da guerra [da Segunda Guerra Mundial], é basicamente um conjunto de mastros e tubulações para admissão de ar e exaustão de gases, permitindo ao submarino operar seus motores diesel em profundidade periscópica [cerca de 15 metros]” (VALE, 2015).

Outro avanço importante, que favoreceu sua capacidade de ocultação, foi o advento da propulsão nuclear na década de 1950. A fissão de isótopos de urânio-235, nos reatores instalados nos submarinos, permitiu a produção de energia elétrica tanto para os motores elétricos quanto para os demais usos a bordo (HECHT, 2007, p. 17). Essa operação concedeu permanente ocultação aos submarinos nucleares, enquanto os convencionais, até hoje, são vulneráveis a detecção ao *snorquear*.

A propulsão nuclear, da mesma forma, favoreceu a melhoria dos padrões de trânsito e velocidade submersa, dando mais autonomia para que operassem em alto mar, em comparação aos submarinos com propulsão diesel-elétrica. A autonomia dos submarinos convencionais com propulsão nuclear (SCPN) irrestrita, pois o reator fornece energia suficiente para executar um deslocamento rápido, de até 30 nós, pelo tempo necessário — ver Quadro 1. Nos vetores convencionais, a velocidade máxima não pode ser mantida por muito tempo, haja vista que se faz necessário poupar a energia das baterias.

Nesse sentido, os submarinos movidos a energia nuclear conseguem sustentar padrões de velocidade e trânsito superiores, nesse aspecto, podendo navegar indefinidamente ao redor do mundo (MOURA, 2012), se for necessário. Ao passo que os submarinos convencionais ficam mais limitados ao apoio logístico próximo à costa — ver Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre submarinos convencionais e nucleares

	Submarino Convencional	Submarino Nuclear
Descrição/Ocultação	Limitada pela necessidade de coletar oxigênio.	Ampliada. Consegue navegar em maiores profundidades por mais tempo.
Velocidade	A velocidade máxima é temporária. Apesar de atingir de 20 a 25 nós submersos, faz-se necessário poupar energia. A velocidade média dos submarinos convencionais é de 17 nós por no máximo uma hora, depois disso faz-se necessário <i>snorquear</i> (GALANTE, 2013).	A velocidade máxima é sustentada. Como os reatores produzem a quantidade de energia requerida e até adicional, mover-se com velocidade é possível, podendo-se atingir de 25 a 30 nós submersos (GALANTE, 2013).
Autonomia/Mobilidade	15 a 20 mil km a 10 nós na superfície. A operação próxima a costa reduz a necessidade de apoio logístico e o tempo gasto no percurso para realizar o abastecimento de combustível, de gêneros alimentícios ou para realização de reparos na embarcação (MOURA, 2012).	Os reatores nucleares fornecem energia para a autonomia irrestrita, limitada apenas pelas condições físicas e psicológicas da tripulação, mantimentos e demais estruturas da embarcação).
Profundidade	Restrita. Média de duzentos e cinquenta metros (GALANTE, 2013).	Ampliada. As estruturas do casco são mais fortes, podendo atingir, de forma segura, de 500 a 600 metros.
Custos	Estima-se que um submarino convencional custe cerca de 30% do valor investido em um protótipo nuclear, tendo um custo médio de US\$500 milhões (GALANTE, 2013).	O nuclear pode variar de US\$ 1,3 bilhão a US\$ 2,4 bilhões (GALANTE, 2013).

Fonte: Galante (2013) e Moura (2012). Elaboração do autor.

Como consequência dos seus atributos operativos distintos, os submarinos de ataque¹⁷ convencionais podem operar unicamente a “estratégia de posição”, enquanto os nucleares se qualificam também para a “estratégia de movimento” (ERVILHA, 2011, p. 28). Na de posição, os submarinos se restringem a áreas mais próximas da costa (LIBERATTI, 2002, p. 10; SILVA NETO, 2010, p. 27). Já a estratégia de movimento é exclusiva dos submarinos movidos a energia nuclear, que conseguem se fazer presente em uma vasta área oceânica, uma vez que podem deslocar-se com agilidade e perseguir seu alvo.

No rol de atividades inerentes a sua atuação militar, a MB possui quatro tarefas básicas (TBPN): negação do uso do mar (NUM); o controle de áreas marítimas (CAM); a projeção de poder sobre terra (PPT); e contribui para a dissuasão (MARINHA DO BRASIL, 2014a, p. 1-6) — ver Quadro 2. Essas tarefas são relevantes, pois abrigam as operações e ações em que os novos submarinos da Classe Riachuelo e o futuro SN Álvaro Alberto serão empregados.

Quadro 2 – Tarefas Básicas do Poder Naval

TBPN	Conceito
NUM	[...]consiste em impedir o estabelecimento ou a exploração, pelo inimigo, do controle de alguma área marítima, ou simplesmente seu uso, se for não controlada [...]
CAM	“[...] consiste no exercício do poder de nela permitir ou negar a passagem ou a permanência de unidades militares ou não, segundo critérios próprios”
PPT	“[...] significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades [...]
Dissuasão	“tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos” (BRASIL, 2007).

Fonte: Marinha do Brasil (2014a, p. 1-6 a 1-10); Brasil (2007)

A estratégia de negação do uso do mar (NUM) é melhor estruturada na atuação de submarinos capazes de afastar potenciais forças hostis do território marítimo. Juntamente com os meios aéreos, os submarinos atuam na linha de frente do conflito, sobretudo em situações de inferioridade em relação ao inimigo, sendo os navios de superfície empregados somente em conjunturas táticas favoráveis (BRASIL, 2012, p. 72). Geralmente é executada por forças navais que não têm capacidade para fazer o controle total das áreas marítimas ou não têm interesse em fazê-

¹⁷ Submarinos de ataque são aqueles capazes de combater e afundar outros submarinos, navios de superfície e, ocasionalmente aeronaves próximas.

lo, empregando submarinos (mas não exclusivamente eles), tidos como meios de excelência para a realização dessa tarefa (MOURA, 2012, p. 30).

Devido aos seus atributos de ocultação, os submarinos conseguem operacionalizar a NUM, gerando no inimigo o receio do torpedeamento de seus navios e instalações marítimas. Dessa forma, ela pode favorecer a dissuasão necessária para promover a defesa das plataformas petrolíferas brasileiras, das instalações navais e portuárias e das linhas de comunicação marítima do país (BRASIL, 2008).

O controle de área marítima (CAM) representa uma limitação maior às forças inimigas do que a exercida na negação do uso do mar e deve ser efetuado nas zonas, onde o adversário pretende projetar poder, e nas imediações das áreas estratégicas para defesa, seja em áreas oceânicas ou no litoral (MARINHA DO BRASIL, 2014a, p. 1-9). As operações empregadas e a intensidade da agressão efetuada variam de acordo com os objetivos pretendidos e o poder relativo da marinha inimiga. Os submarinos atuam favorecendo ações de bloqueio de áreas específicas, como estruturas marítimas e portos. Como essas operações envolvem quase sempre outras operações concordantes, também podem efetuar a NUM e empreitadas ofensivas como a minagem e ações de esclarecimento.

A projeção de poder (PPT) é mais condizente com os tipos de projeção de poder agressivo. Ela resulta no emprego dos meios navais, geralmente navios anfíbios e bombardeios de aeronaves operadas a partir de navios aeródromos, mas também se utilizam de submarinos, sobretudo os submarinos convencionais com propulsão nuclear (SCPN), munidos de mísseis de cruzeiro, para efetivar operações de ataque e anfíbias. Como afirma Flores (2002, p. 81), tal comportamento está longe dos interesses da Força, “que não pode e por ora não precisa ser ator naval importante longe do país, onde a segurança dos interesses brasileiros depende dos Estados Unidos, de outras grandes potências [...] mas deve, sim, preocupar-se com suas águas próximas”.

Apesar disso, a disponibilidade para eventuais engajamentos em operações de PPT cria um valor estratégico dissuasório importante para o poder naval brasileiro no Atlântico Sul, principalmente para possíveis cenários de ameaças a ilhas oceânicas, em hipóteses de conflito contra forças extrarregionais, ou em situações em que se necessite projetar poder sobre um litoral hostil para resgate tropas e civis brasileiros. Nesse quadro, os submarinos conseguem instrumentalizar operações de minagem, operações antissubmarino e de esclarecimento.

Quando verificados os documentos declaratórios da política de defesa, a dissuasão foi a estratégia de defesa definida pela Política de Defesa Nacional (PDN) e articulada pelas diretrizes estratégicas da Estratégia Nacional de Defesa (END): “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional” (BRASIL, 2008, p. 11). Ela resulta da conjugação da demais tarefas básicas e ações que conjuntamente desencorajam a adoção de um comportamento ou agressão por parte do inimigo – ver Figura 2.

A escolha da dissuasão como estratégia de defesa pela END obrigou as Forças a reformularem sua atuação, com base nos imperativos da mobilização e capacidade operacional. Assim, a Marinha definiu a dissuasão, por meio da negação do uso do mar (NUM) como prioridade, privilegiando a construção de uma força naval submarina, composta por submarinos de ataque convencionais e de propulsão nuclear, com capacidade de lançar torpedos e mísseis – o PROSUB.

Figura 2 – Representação do engajamento dos submarinos nas TBPN



Fonte da imagem: Galante (2010); esquema do autor.

A expectativa gerada quanto ao emprego efetivo da Força naval, em casos de agressão, é o elemento dissuasório que aufer credibilidade ao Poder Naval e desestimula as investidas do oponente. Entre as TBPN, a NUM é privilegiada, pois impede a exploração e o controle de vastas áreas pelo inimigo, exigindo menos recursos do que o CAM, além de ser útil para dissuadir ações em pontos estratégicos. Devido aos seus atributos furtivos e de ocultação, os submarinos tornam-se instrumentos fundamentais para a execução das operações de negação do uso do mar (NUM).

Por esse motivo, os submarinos são classificados como prioridade de equipamento para a MB, sendo preconizados pela END, uma Força dotada de submarinos convencionais e nuclear, munidos com mísseis e torpedos para atuação prioritária em caso de agressão, sendo empregados em conjunto com o fogo focado dos meios aéreos, deixando as embarcações de superfície para atuação posterior ao engajamento dos submarinos (BRASIL, 2008).

A escolha da NUM¹⁸ como tática basilar respeita as limitações operativas da Força, que não dispõe de recursos para o controle total de uma vasta extensão marítima de 5,7 milhões de km², como é a Amazônia Azul e as regiões mais prováveis de agressão externa. Estas se concentrariam em partes específicas da fronteira marítima do país, onde se concentram plataformas petrolíferas, instalações portuárias e as vias de comércio (FLORES, 2002), sendo a negação do uso do mar a estratégia mais adequada.

Conforme prevê Sarro (2016, p. 118), o emprego do futuro SN-BR Álvaro Alberto, em estratégias de movimento para instrumentalizar a NUM, deve ocorrer nas proximidades da Crista Oceânica do Atlântico, uma cordilheira submarina que cruza o oceano, situada acerca de dois mil e setecentos quilômetros da costa brasileira, em uma região já fora das águas jurisdicionais do país. Se efetivada, a negação do uso do mar, para além das fronteiras marítimas, levaria a MB a exercer considerável capacidade dissuasória sobre o Atlântico Sul e até habilitaria os meios submarinos, de maneira conjugada às embarcações de superfície e às aeronaves, a projetar poder sobre as ilhas britânicas no Atlântico (SARRO, 2016) — ver Figura 2.

¹⁸ Considerando-se as limitações e o propósito do estudo, este artigo não aborda em sua totalidade as possibilidades e implicações da utilização da NUM pela estratégia naval brasileira e o emprego de submarinos.

A depender da configuração de sua utilização e da conjugação com os meios de superfície, de monitoramento, de bombardeios aéreos e os meios auxiliares em terra, os submarinos podem contribuir para o controle de áreas (CAM). No caso brasileiro, essas operações fazem sentido para efetivar o controle de regiões próximas à costa, no Mar Territorial e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), onde ficam situadas as zonas portuárias, ilhas oceânicas e estruturas marítimas de exploração de petróleo em águas profundas.

A descoberta de petróleo na Plataforma Continental, fora da ZEE, e os pedidos de alargamento da PC feitos à CLPC, realizados nos últimos anos, ampliam a perspectiva de engajamento dos submarinos brasileiros, para negação do uso do mar, para uma área de 5,7 milhões de km². Do mesmo modo, tanto a NUM quanto o CAM são tarefas que propiciam considerável efeito dissuasório sobre as vias marítimas do comércio exterior do país, sendo os submarinos empregados de forma potencial em ações de provimento de segurança das Linhas de Comunicações Marítimas, juntamente com meios de superfície que efetuam patrulha e monitoramento.

As perspectivas de emprego dos novos submarinos convencionais e nucleares brasileiros se inserem na chamada guerra de litoral, em que Estados menos equipados não têm capacidade para travar batalhas oceânicas contra forças mais poderosas, concentrando-se em estratégias *antiacesso* e de negação de área. Os submarinos convencionais continuam sendo armas eficazes contra tentativas de aproximação da costa. Quando equipados com mísseis de médio e longo alcance e bons sensores, conseguem efetivar operações antinavio (MOURA, 2012, p. 66).

Quando posicionados previamente no teatro de operações, os submarinos convencionais funcionam como “campos minados” e são armas letais contra navios de superfície (MOURA, 2012, p. 66). Nesse sentido, a partir dos seus atributos de ocultação, detecção e de agressão causada por seus modernos mísseis Exocet SM 39, com velocidade subsônica e os torpedos F-21, os submarinos da nova Classe Riachuelo tornam-se os vetores principais das estratégias *antiacesso* para o controle do mar e a defesa mais próxima da costa.

A dissuasão é o resultado da conjugação de todas as tarefas, operações e ações em que os meios navais são engajados. Como revela a própria MB, “O potencial para dissuadir é concretizado [...] pela existência de um Poder Naval que inspire credibilidade quanto ao seu emprego

por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno” (MARINHA DO BRASIL, 2014a, p. 1-11). Assim, os submarinos convencionais são úteis para a defesa mais próxima a costa e o de propulsão nuclear “para defesa distante” (FLORES, 2002, p. 82).

No entanto, uma força naval não é constituída somente por submarinos. A dissuasão, como objetivo principal da END, não poderá ser lograda sem a integralidade dos componentes navais, de modo que os submarinos oriundos do PROSUB, em conjunto com os demais vetores aéreos, de superfície e de monitoramento, possam implementar as estratégias que incrementam as capacidades dissuasórias do país.

CONDICIONANTE REGIONAL

Apesar de o Brasil possuir naturalmente os requisitos que o colocam na posição de nação mais importante da região, tais como o tamanho da economia (maior Produto Interno Bruto, maior mercado interno, maior polo de comércio exterior), a extensão territorial, a população absoluta, entre outros, continua a manter “um baixo perfil militar, que não o distingue dos demais [E]stados da região” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 48), e enfrenta resistências dos vizinhos quando o assunto é o reconhecimento dessa liderança e o apoio aos seus anseios extracontinentais.

A indisponibilidade de *hard power*¹⁹ como instrumento auxiliar da política externa, deposita nos mecanismos de integração e cooperação regional todos os créditos para que o país consiga ter reconhecida a sua liderança regional. Esse quadro pode ser verificado institucionalmente, uma vez que Brasília²⁰, mesmo com as mudanças político-partidárias nos governos, nas décadas de 1990-2000, vem incentivando os processos de integração regional, tornando-se protagonista do regionalismo, ao ponto de considerar a integração regional como um dos guias da sua política externa (CERVO; BUENO, 2002).

Em Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), temos a evidência do forte apoio ao MERCOSUL, presente no regionalismo da “*autonomia pela participação*”²¹. Essa participação implicava “[...] adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade

¹⁹ O mesmo que “poder duro”: capacidade de influenciar atores, no campo das relações internacionais, mediante o uso da força militar ou econômica. Conferir Nye (2004).

²⁰ O termo é utilizado neste artigo como sinônimo de Brasil, Governo Federal.

²¹ Termo cunhado por Fonseca Jr. (1998). Compreensão semelhante foi a de “autonomia pela integração”, Cf. Vigevani, Oliveira e Cintra (2003).

de gestão da política externa [...]”, com o objetivo de influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regiam o sistema internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

As aspirações globais brasileiras, em consonância com a perspectiva institucionalista e o caráter universalista da sua política externa, representaram uma aproximação com os Estados Unidos e a Europa, na década de 1990 (CERVO, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), e pôde ser sentida no enlace com regimes internacionais de interesse da Casa Branca, com a entrada no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), em 1995, e a adesão definitiva ao Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1998 (PECEQUILO, 2008; VIZENTINI, 2003, p. 96).

Também foi nesse período que os termos *global trader* e *global player* foram designados ao Brasil. Estavam associados às tentativas do país de ter reconhecidas suas ambições globais, de não ter seus interesses confinados a regiões ou países específicos e de poder influenciar e protagonizar instâncias multilaterais (MELLO, 2002, p. 39; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 46).

A perspectiva multilateralista, já enraizada na política externa brasileira desde o final do século XIX; suas aspirações por maior protagonismo, visíveis nas tentativas de reforma do sistema de segurança coletiva da Liga das Nações, e seu envolvimento direto na fundação da ONU levariam à manifestação por uma reforma na estrutura decisória do Conselho de Segurança das Nações Unidas (LIMA; HIRST, 2006, p. 25-29).

Embora não fosse inédito o pleito por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), já que desde a fundação da instituição havia a possibilidade concreta de o Brasil compor o grupo de membros permanentes (BRIGIDO 2011, p. 96), a candidatura oficial, lançada em 1994, estava em consonância com a nova perspectiva globalista da sua diplomacia. Essa perspectiva se sustenta nos pilares clássicos da política externa brasileira, nos novos valores e regimes internacionais pós-Guerra Fria e na sua atuação regional (AMORIM, 2007).

Já na política externa de Lula da Silva (2003-2010), o regionalismo tomou nova forma, recebendo uma contribuição mais ativa do poder militar, esforço ausente na diplomacia pacifista de Cardoso. No âmbito regional, esse movimento é perceptível no aprofundamento das ações em prol da convergência de interesses, da cooperação e integração e no esforço efetivo para a ampliação da zona de influência brasileira do Cone Sul para

o restante do subcontinente, de modo a robustecer o seu papel de líder regional e gerenciador de crises.

A integração regional passou a receber uma significativa contribuição da política de defesa. Até 1996, ano de publicação do primeiro documento declaratório da área, a Política de Defesa Nacional (PDN-1996) não estabelecia vínculos claros entre integração e segurança nacional. Embora a PDN-1996 tenha expressado que a integração com os países vizinhos tinha a capacidade de criar um “anel de paz” em torno do Brasil (BRASIL, 1996, p. 6), não havia envolvimento do poder militar, nem designações práticas de como as Forças Armadas (FFAA) contribuiriam para tal processo. Em uma análise contextual, a PDN-1996 foi a primeira tentativa de organização mínima de conceitos relacionados à defesa. Como o processo foi gerenciado pelo Itamaraty e a sua visão preponderante de política externa idealista dos anos 1990, o documento enfatizou sobremaneira o integracionismo e a diplomacia pacífica, resultando na delimitação de interesses estratégicos com baixo protagonismo para as Forças Armadas. Foi somente seis anos após a criação do MD, com a nova Política de Defesa Nacional (PDN-2005), que a instrumentalização das FFAA se iniciou.

Com uma política externa menos idealista e um Ministério centralizador das questões estratégicas, surgiu a Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, trazendo um conjunto de medidas e orientações que visavam à requalificação operativa das FFAA. Em Lula da Silva, o Brasil incentivou ainda mais os fóruns de discussão dos presidentes e foi ator protagonista na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A incipiente instituição passou a discutir as crises políticas dos países e abriu espaço para a institucionalização do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), um órgão dentro da UNASUL, criado a partir de uma proposta feita exclusivamente pelo Brasil (CARVALHO; GONÇALVES, 2016).

A END-2008 estava inserida em um contexto de estruturação do Ministério da Defesa como locus protagonista do pensamento estratégico em defesa, movimento esse que se beneficia da publicação da própria END. Algumas medidas patrocinadas pelo então ministro da pasta, Nelson Jobim, denotaram a inclusão dos militares na agenda externa, como a participação na agenda sul-americana de integração (OLIVEIRA et al., 2010). A criação do CDS foi uma dessas iniciativas, sustentada na visão de que o órgão poderia fomentar a identidade regional de defesa e a cooperação das indústrias de defesa na região (MEDEIROS FILHO, 2009).

Por meio de ativo esforço brasileiro, o CDS foi aprovado em 2008, como um espaço de diálogo, consulta e coordenação entre os países da região, no tocante à matéria de defesa (PAGLIARI, 2010). Sem a intenção de impor sanções ou imposições, o Conselho previa a construção de consensos que promovessem a estabilidade regional (PAGLIARI, 2010). Não cabe esconder que para os militares brasileiros, além de tais objetivos, o órgão servia como um instrumento de projeção de poder e de consolidação da liderança regional brasileira (MEDEIROS FILHO, 2009).

O CDS, como espaço para atuação da diplomacia militar, instituiu caminhos para que a integração regional, tão presente e importante na política de defesa nacional, deixasse de ser um assunto somente afeito aos diplomatas e se tornasse um elemento efetivamente estratégico para a Defesa Nacional. Ao mesmo tempo que construía um diálogo institucionalizado entre as arenas militares dos países da região, investia na estabilidade regional sul-americana. A END, ao contrário das Políticas de Defesa que não explicitam a função dos militares, traz a integração regional como uma de suas diretrizes, estimulando a diplomacia militar, por meio da cooperação e consulta no âmbito do CDS-UNASUL, e a cooperação no setor de tecnologia de defesa, por meio da integração das bases industriais (BRASIL, 2008, p. 17, diretriz 18). Essas medidas teriam um duplo sentido, um de defesa e outro diplomático. Serviriam como ferramentas de prevenção de conflitos na região e somariam esforços no processo de integração regional.

Dessa forma, CDS e UNASUL revelam o considerável esforço de conciliar política externa e política de defesa, instrumentalizando o poder militar para o fomento de uma zona de cooperação que favorecesse a estabilidade regional e o protagonismo brasileiro. O estímulo da diplomacia militar, no âmbito do CDS e da cooperação das indústrias de defesa, revelou-se como instrumento que visava promover estabilidade e maiores vínculos entre os países (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b).

Observa-se que, para conseguir projetar-se globalmente e atingir seus interesses no cenário internacional, o Brasil precisa superar os obstáculos no nível regional e as resistências quanto à sua liderança, garantido influência constante que sustente seus anseios extracontinentais (HURRELL, 2006; LIMA; HIRST, 2006). Entre 1995 e 2015, o Brasil conseguiu empreender ações que o colocaram em evidência na região e no

mundo, sendo classificado como uma potência regional com aspirações e influência globais (BETHELL, 2010).

Apesar disso, o país ainda encontra empecilhos no exercício da liderança regional e resistências de seus vizinhos em reconhecê-la (CARVALHO; GONÇALVES, 2016). Uma das mais significativas objeções é o não apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU. As principais oposições são Chile, México e Argentina, que preferem a criação de novos assentos não-permanentes.

Os novos submarinos, nesse sentido, somam-se aos esforços diplomáticos empreendidos, a partir do segundo mandato do governo Cardoso, e intensificados nos governos Lula da Silva para a efetivação da liderança regional brasileira. Eles passam a compor a tentativa de coordenação entre os níveis político — aquele relacionado aos objetivos do Estado — e o nível efetivamente estratégico, que aplica os objetivos maiores e as especificidades das forças, para a projeção de poder na América do Sul.

Tradicionalmente, o Brasil não utiliza o poder militar para apoiar seus anseios de política externa, ao invés disso construiu uma tradição pacifista de atuação internacional, baseada na diplomacia conciliatória; na valorização do direito internacional, do multilateralismo, da não intervenção; e nos atrativos da sua cultura e economia (ALSINA JÚNIOR, 2009; MALAMUD, 2017). Ainda assim, após as duas décadas de vazio estratégico²², o diálogo entre a política externa e a política de defesa começa a se efetuar e a apontar caminhos para a instrumentalização do *hard power* brasileiro.

A Política de Defesa Nacional (PDN-2005) reafirma objetivo estratégico da Defesa em projetar o Brasil no ambiente internacional e inseri-lo em instâncias decisórias de poder. A END propõe as medidas de reorganização funcional e operativa necessárias para as Forças cumprirem suas funções. Sua versão de 2012 preconiza a atuação conjunta de diplomacia e poder militar para a obtenção dos interesses nacionais, sob o conceito da *grande estratégia*.

O conceito de grande estratégia, nas políticas externa e de defesa do Brasil, denota um sentido de aproximação entre as duas esferas, algo

²² A inexistência do perigo soviético, tanto como ameaça externa quanto no âmbito doméstico, em levantes e revoluções, retirou parcela significativa da racionalidade das Forças no pós Guerra Fria. “Em termos de política de defesa e de segurança, o Brasil viu-se perante um grande vazio estratégico de longa duração, a partir do fim do governo de João Figueiredo (1979-1985)” (TEIXEIRA DA SILVA, 2012, p. 58).

que vem sendo construído paulatinamente, desde a criação do Ministério da Defesa (MD), e é visível na maior integração e instrumentalização dos militares nas estratégias da política exterior. Essa interação fica evidente nas novas funções atribuídas aos militares de incentivar a integração regional, por meio da diplomacia militar, no âmbito do CDS-UNASUL, e da cooperação militar entre os países sul-americanos, sobretudo nas questões de tecnologia de defesa.

A aproximação entre as arenas também é perceptível na compatibilidade entre a ênfase dada às relações Sul-Sul, na política exterior nos governos Lula da Silva, e a definição do Atlântico Sul ampliado — incluindo os países costeiros da África, o Caribe e a Antártica —, como área estratégica e prioritária para o planejamento de defesa (LIMA, 2015). Isso só foi possível devido ao rompimento de uma visão estritamente pacifista, ainda reflexo da visão *kantiana* de política externa da década de 1990 (CERVO, 2008), que sacrificou instrumentos de poder e opções estratégicas.

As estratégias de política externa, tanto para a região quanto de inserção internacional, abriram-se para o Ministério da Defesa, permitindo a sua participação e elaboração conjunta, o que implicou uma crescente instrumentalização da Força, com maior espaço para os militares nas ações que favorecem a integração regional, como na cooperação das indústrias de defesa e na criação de organismos regionais que favoreçam a estabilidade.

A *grande estratégia* também se reflete na modernização militar brasileira e, nesse caso específico, na reativação do projeto de construção do SCPN e dos submarinos convencionais que compõem o PROSUB. Como abordado na seção anterior, se conjugados com aviação embarcada, meios de superfície de envergadura e sistemas de monitoramento, os novos submarinos podem colocar a Marinha do Brasil em posição de superioridade naval na América do Sul

Em uma leitura simples da ótica realista e das teorias de balança de poder, os novos submarinos podem levar a prognósticos de mudança no equilíbrio de poder regional, com o incremento da capacidade militar brasileira e o distanciamento dos demais países sul-americanos. As consequências desse provável cenário e o seu significado para os interesses brasileiros dependem da gestão e aplicação dos recursos de poder do país.

Isso não implica dizer que haverá uma alteração na conduta de Brasília com os países vizinhos e adoção de uma política estritamente coercitiva, mas que a postura negociadora da diplomacia brasileira pode

se beneficiar dos atributos e influência das armas. Como revela Bertonha (2010, p. 112), uma atuação baseada excessivamente na negociação pode trazer mais prejuízos do que benefícios, como em casos recentes na região²³.

A percepção é a de que a disposição e o apropriado manejo dos recursos de poder, tanto econômicos como militares, podem levar os atores regionais a se comportar de maneira menos prejudicial aos interesses brasileiros. O estabelecimento do Brasil como potência militar na região também pode sinalizar que o país assume os custos, as responsabilidades e os riscos inerentes a essa posição, mostrando às grandes potências que já dispõe de recursos de poder para angariar novas posições no cenário global.

Qualquer emprego coercitivo do poderio naval brasileiro deve vencer primeiramente o perfil conciliatório e avesso à utilização ofensiva da força, definidos na própria END²⁴ e enraizados na cultura diplomática e estratégica do país, e secundamente os interesses dos Estados Unidos — considerando-se as peculiaridades geopolíticas do continente como área de influência direta norte-americana e a sua forte presença na região.

Em face disso, vislumbra-se que a função a ser desempenhada pelos novos submarinos, em âmbito regional, seja simbólica e prestigiosa, com capacidade de fortalecer a posição do Brasil em negociações, permitindo a tomada de posições mais duras e contrárias aos interesses dos vizinhos, quando os objetivos estratégicos brasileiros estiverem em questão, ou mesmo quando atitudes contraproducentes aos seus mecanismos de integração e estabilidade regional estiverem em cena.

Para clarear essa percepção, recorre-se ao Booth (2014), que diferencia três funções que o poder naval pode desempenhar: (1) o *papel militar* é o principal e se constitui da competência de utilizar a força em conflitos e na autodefesa; (2) a *função de policiamento* tem a finalidade promover a segurança das atividades marítimas no litoral; (3) a *função diplomática* utiliza-se dos atributos de agressão e do prestígio do poderio naval para influenciar e persuadir a conduta de outros atores, constituindo a diplomacia naval.

Um traço característico da diplomacia naval é a dificuldade de mensurar sua efetividade. Isso ocorre porque depende da atração e/

²³ Caso nacionalização das plataformas brasileiras de exploração de petróleo na Bolívia, na tomada dos bens da empresa brasileira Odebrecht pelo governo do Equador, ou mesmo na imposição por parte do Paraguai da renegociação do acordo de Itaipu.

²⁴ Cf. Brasil (2012a, p. 41).

ou receio que pode gerar nos agentes receptores. Questão relevante que deve ser observada pelas políticas externa e de defesa do Brasil é o fato de que não há uma “relação direta entre as capacidades navais e a eficácia diplomática” (BOOTH, 2014, p. 23), cabendo aos *policy-makers* analisarem o contexto específico para utilização do instrumento de poder de forma apropriada, de modo que seus atributos façam sentido nos locais de onde se podem extrair ganhos concretos.

Por isso, cabe avaliar as táticas que colocam em prática a diplomacia naval. Booth (2014) descreve cinco opções possíveis, as duas primeiras de caráter coercitivo e as restantes de caráter influenciador: (1) as *demonstrações políticas* do poder naval que se concretizam por meio da presença de embarcações e visam persuadir e/ou coagir; (2) as *operações específicas* que consistem na utilização de um ou dois navios de forma ativa para cessar, impedir ou contestar ações em uma crise de baixo nível; (3) a *ajuda naval* que se realiza por meio da venda, concessão e doação de navios; (4) as *visitas operacionais* que permitem as paradas necessárias para garantir os requisitos operacionais das embarcações e as ações logísticas, mas também servem para realização de visitas e demonstração da capacidade naval ao país hospedeiro; (5) as *visitas de boa vontade* que são cerimônias realizadas no trânsito da embarcação, em áreas estratégicas, com a presença de atores políticos e militares de importância, com intuito de angariar capital diplomático.

As resistências quanto ao emprego de armamentos para estratégias coercitivas, por parte do Brasil, devem tornar difícil a utilização dos submarinos ou de outras embarcações em processo de desenvolvimento e aquisição, para a consecução das duas primeiras táticas da diplomacia naval. As demais já fazem parte do rol de atividades da MB. Como demonstra Teixeira de Macedo (2013, p. 404), programas de intercâmbio de ensino militar e ações de “mostrar a bandeira” e grandes projetos, como a Cooperação Naval Brasil-Namíbia²⁵, são utilizados para representar o estado brasileiro, sobretudo na costa africana, região que se insere no entorno estratégico do país.

A venda de material de defesa — que compõe a terceira estratégia tática — é um segmento em que a presença a e diplomacia naval podem

²⁵ “Com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, em 1994, e sua atualização, em 2001, a Marinha do Brasil comprometeu-se formalmente a cooperar com a formação da força naval da Namíbia, o que consistiu no fornecimento de bens e serviços, na doação de uma corveta, na venda de um navio-patrolha e outras embarcações, bem como no levantamento da plataforma continental do país” TEIXEIRA DE MACEDO, 2013, p. 404),

operar e, no caso brasileiro, torna-se uma alternativa capaz de trazer benefícios e aumentar a sua influência regional e internacional. Com a parceria realizada com a empresa francesa Naval Group, a tecnologia adquirida, o conhecimento apreendido e a criação da Itaguaí Construções Navais (ICN), o País se qualifica para ser um polo de construção e manutenção de submarinos, podendo produzir até duas embarcações por ano.

Em uma região onde as armadas estão realizando reformas nas suas defasadas unidades, para garantir-lhes mais alguns anos de navegação, e em que os países não dispõem de recursos, nem tecnologia para desenvolver seus próprios submarinos, o Brasil tem o potencial de explorar esse recurso de poder, promovendo a cooperação da indústria naval submarina para fortalecer seus negócios, sua presença e influência regional.

O auxílio às marinhas sul-americanas, seja por meios de vendas de unidades mais antigas — Argentina e Peru já sinalizaram interesse na compra dos submarinos da Classe Tupi —, seja por meio de parcerias para construção de novas embarcações ou a manutenção de submarinos, — os *scorpène* chilenos são um potencial cliente para manutenção especializada — torna-se um insumo de poder para o exercício de influência regional, afastando possíveis práticas coercitivas que possam gerar animosidades no continente e que são incompatíveis com a postura diplomática brasileira.

Ademais, a superioridade militar do País pode auxiliá-lo a superar a peculiar dinâmica regional sul-americana, em que os vizinhos vetam os seus anseios globais, notadamente a pretensão de ingressar no CSNU como membro permanente. As armas navais adquiridas têm capacidade de auferir prestígio capaz de abrir novos acessos e oportunidades ao Brasil, por meio de mecanismos de demonstração simbólica de força, o que gera novos insumos de força em barganhas e negociações.

É válido também reafirmar que a incapacidade de manter influência regional é consequência da ausência e do não emprego de meios materiais — militares e econômicos — nas negociações e crises, em que o maior País da região é chamado a participar (HURRELL, 2006), mas também pode ser explicada como fruto de escolhas políticas — sobretudo nos governos Lula e Rousseff, em que constrangimentos ideológicos restringiram as medidas possíveis.

CONDICIONANTE GLOBAL

O terceiro condicionante do PROSUB repousa nas ambições de nível global. Parte-se da perspectiva de que o século XXI é marcado por uma crescente perda de hegemonia norte-americana e que há uma reorientação de distribuição de poder no sistema internacional, com o fortalecimento de capacidades de outros atores.

No início dos anos 2000, um novo conjunto de fatores externos contribuiu para a reformulação das estratégias de política exterior do Brasil. O País, frente a um sistema internacional com características cada vez mais multipolares, precisou filtrar os incentivos e constrangimentos de uma nova conjuntura inaugurada com os atentados terroristas de 11 de setembro aos EUA. Esse rearranjo internacional pode ser entendido pela mudança da postura multilateralista da política internacional de Washington para ações unilaterais, pelo enfraquecimento do poderio da até então superpotência mundial, pelo surgimento da China como novo centro de poder e o despontar das potências globais emergentes.

Nesse espectro de maior distribuição de poder, países emergentes, como China, Índia, África do Sul e Brasil, passaram a protagonizar mais as relações internacionais. Com preponderância regional assentada em seus recursos materiais, sobretudo a extensão territorial, demografia e economia, essas nações têm histórico de ambições globais e de perseguir protagonismo nas relações internacionais (SCHIRM, 2010). Elas passaram a ocupar cada vez mais os espaços de poder, as configurações decisórias no mundo e a criar instâncias de moderação nas relações internacionais.

Esse cenário contribuiu para a ascensão dessas potências emergentes, tendo o Brasil desfrutado dos incentivos e passado pelos constrangimentos dispostos, para buscar ganhos em sua política externa. A permissividade do sistema internacional aos anseios das potências regionais é capaz de ser entendida pela diminuição da rivalidade característica de um ambiente bipolar e a aceitação não contestada de novos centros de poder — algo típico de arranjos multipolares (MALAMUD, 2017, p. 150).

Nesse sentido, a política externa brasileira assimilou as mudanças em curso no sistema internacional ainda no final da gestão Cardoso, como abordado na seção anterior, e aponta para o início do redimensionamento das estratégias de atuação internacional que seriam colocadas em pleno funcionamento com a chegada de Lula da Silva à Presidência da República.

Os reflexos das mudanças ocorridas no ambiente internacional ficaram visíveis com a adoção de uma nova postura da política externa do País, que se diferenciava da anterior por privilegiar a diversificação dos seus parceiros, por uma guinada para o Sul global e por apostas efetivas em instrumentos cooperativos que favoreciam a sua liderança regional e internacional.

Em um plano comparativo, as diretrizes clássicas da política externa brasileira permaneceram intactas no governo Lula da Silva, com alterações apenas nas “ênfases dadas a certas opções [...] nas ações, nas preferências e nas crenças” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 275), mas mantendo a busca pragmática pelo desenvolvimento social e econômico como prioridade e guia da conduta internacional do país (LIMA, 2006; VAZ, 2004; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A reorientação da inserção internacional brasileira, consubstanciada nas estratégias de diversificação das relações e da nova visão pró-Sul global, ainda despertou o Brasil para engajar-se em coalizões e grupos internacionais de países emergentes, imprimindo estratégias de defesa dos interesses político-econômicos — sobretudo comerciais — do mundo em desenvolvimento.

O primeiro movimento observado foi o de conjugação de interesses com a Índia e a África do Sul e a formalização do fórum de diálogo IBSA, em 2003. Ele pode ser entendido “como parte de seu esforço [do Brasil] mais amplo para aumentar a sua presença no cenário mundial [...]” (ROETT, 2011, p. 133, tradução nossa). Além de instrumentalizar, de forma branda, os interesses econômicos dos países emergentes frente às práticas protecionistas dos países do Norte, os encontros anuais do grupo tornaram-se *lócus*, propícios para o país propagar seus princípios de política externa, tais como a democracia, direitos humanos, desenvolvimento e a resolução pacífica de conflitos (MALAMUD, 2017, p. 154; ROETT, 2011, p. 134).

A intensificação das relações e dos interesses mútuos entre os países emergentes fez surgir, em 2009, os BRICS, associação político-diplomática formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A entidade iniciou-se informalmente em 2006, com reuniões de chanceleres dos países — exceto a África do Sul, que passou a integrar o grupo em 2011 —, realizadas durante os encontros da Assembleia Geral da ONU, e teve sua primeira Cúpula em 2009, quando foi emitida uma declaração que sinalizava a atuação conjunta dos países.

A participação brasileira nessas entidades contribuiu para sua ascensão no cenário global (MALAMUD, 2017). Sua atuação assertiva e pragmática, nos encontros que discutiam os termos do comércio mundial e as divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, realizados no âmbito da OMC, entre 2001 e 2007 — comumente chamada de Rodada de Doha —, auferiram ao Brasil um papel de liderança e portavoz dos países do Sul, no que dizia respeito aos seus interesses comerciais (ROETT, 2011).

A reativação do G-20, por ocasião da crise econômica e financeira dos anos 2008-09, também contribuiu para a ascensão global brasileira. O País foi um dos mais ativos incentivadores da transferência da coordenação da crise e da gestão econômica mundial para o grupo, invocando, com os demais países do BRICS, mais voz e espaço para as economias emergentes nas instituições econômicas internacionais — Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial — (ROETT, 2011, p. 139).

A partir dos anos 2000, também houve um aumento expressivo na participação brasileira em Operações de Paz em apoio à ONU, passando de 03, naquele ano, para 15 em 2015 (HAMANN, 2015, p. 54). Esse incremento denota a intensificação dos interesses específicos de política externa do País, pois até então o padrão de envolvimento em missões de paz era o de envio de poucos brasileiros. A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é um caso significativo para o rompimento desse padrão, pois só ele concentra 78% do número total de militares enviados em missões desde 1947 (HAMANN, 2015).

Esse maior engajamento em iniciativas multilaterais de *peacekeeping* e *peacebuilding*, como parte de seus esforços de cooperação com países em desenvolvimento, permitiu o envolvimento direto e a contribuição brasileira em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste, além do comando da MINUSTAH (CALL; ABDENUR, 2017, p. 2). Na Namíbia, desde 1994, a Força Naval brasileira desenvolve ações de treinamento dos marinheiros daquele país, contribuindo para a formação da Marinha com a doação de embarcações, venda de material de defesa e no levantamento da plataforma continental (TEIXEIRA DE MACEDO, 2013, p. 404).

Como instrumento de consecução dos interesses nacionais, o comprometimento brasileiro com missões de paz aparece na primeira versão da Política de Defesa Nacional, de 1996. Nos documentos posteriores, a contribuição do País se torna um instrumento declarado de projeção de

poder, no ambiente internacional, e um dos motores para a conquista do assento permanente no CSNU (CALL; ABDENUR, 2017, CERVO, 2008).

As ações humanitárias têm ainda maior destaque na política de defesa nos governos Lula e tem um significativo esforço na política externa brasileira recente, como as ações empreendidas na já citada MINUSTAH, na cooperação com a Namíbia e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A liderança brasileira no Líbano, desde 2010, permitiu o emprego das fragatas *União*, *Liberal*, *Independência* e *Constituição* em Operações de Interdição Marítima, na prevenção à entrada de armas ilegais naquele país e em atividades de adestramento da Marinha libanesa (FRAGATA, 2019).

Na END de 2012, a participação em operações de paz e a contribuição em ações humanitárias aparecem, de forma declarada, como “operações internacionais de apoio à política exterior” e um instrumento de projeção de poder (BRASIL, 2012, p. 59, diretriz 19). Os recentes Projetos Estratégicos de Defesa podem ampliar as possibilidades de engajamento da MB e os ganhos políticos de uma atuação mais sólida em questões de segurança internacional.

O Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), que é um dos mais relevantes, tanto por fornecer navios que atuarão de forma coordenada com os submarinos convencionais para medidas de patrulhamento, vigilância, escolta e até controle de áreas oceânicas, como por qualificar o Brasil para engajar-se em operações de organismos internacionais, em apoio a sua política exterior, teve avanços significativos no ano de 2020. Nesse ano foi assinado o contrato de R\$ 9.1 bilhões²⁶ para a compra de quatro navios-escolta da Classe Tamandaré²⁷ — a meta inicial era a entrega de cinco navios — com previsão de entrega entre 2025 e 2028.

Os demais vetores do PROSUPER não foram entregues em sua totalidade, como os navios patrulha-oceânicos, com somente três das cinco unidades previstas entregues, e os navios-patrulhas (NPA) de 500 toneladas, com apenas duas embarcações comissionadas, enquanto a previsão era uma flotilha de 27 unidades. Se concretizados, o PROSUPER e os demais Projetos Estratégicos²⁸ podem suprir a carência de meios navais que

²⁶ Cf. Galante (2020).

²⁷ “São máquinas de guerra sofisticadas, lançadoras de mísseis e torpedos [...] Deslocam cerca de 3.500 toneladas e medem 107 metros. Levam apenas 136 tripulantes, mais um helicóptero, capaz de realizar operações antissubmarino, e um drone, veículo não tripulado de uma nova geração, com capacidade para pouso e decolagem verticais” (GODOY, 2020).

²⁸ Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PROANF) e navios aeródromos (PRONAE).

obstaculizam o emprego da Força em missões de paz.

Os submarinos não são instrumentos regulares utilizados em operações humanitárias. A serventia deles, para as pretensões globais do país, situa-se, assim como para os interesses de nível regional, no campo das estratégias de “política de prestígio”. “Seu propósito é convencer outras nações do poder que seu país realmente possui — ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém” (MORGENTHAU, 2003, p. 148), sendo, portanto, instrumentos de excelência para a consecução de estratégias dissuasórias.

Tal ostentação não tem um fim em si mesma e visa, como prescreve Morgenthau (2003), influenciar as visões de determinadas nações sobre a sua preponderância militar, de modo a diminuir as resistências e manter mais facilmente sua superioridade, por meio de uma política de *status quo*; ou pretende uma mudança radical das relações de poder por meio da dominação militar, econômica e cultural de uma política de imperialismo.

Essas categorias analíticas são úteis para o caso brasileiro, embora expressem o comportamento da política de poder das grandes potências, em contextos históricos específicos, distintos do cenário e da conformação dos interesses de política externa do Brasil. Portanto, aplicando essa lógica realista para a aquisição de novos submarinos pelo país, em âmbito regional e global, tais instrumentos navais podem se enquadrar em estratégias de “exibição de força militar”. “uma vez que a força militar é a mais óbvia medida do poder de uma nação, a manifestação da mesma serve para inculcar o poderio de uma nação sobre as demais” (MORGENTHAU, 2003, p. 158).

A função da política de prestígio consiste em criar uma reputação de poder que interfere nas avaliações das outras nações sobre as suas capacidades, de modo a influenciar as relações externas entre elas, auferindo ganhos para o país prestigiado. Os submarinos, sobretudo o de propulsão nuclear, devido aos desafios tecnológicos, financeiros e políticos que precisam ser superados, para que a sua posse se concretize; aos seus atributos táticos e de agressão; e à exclusividade de sua utilização (sendo privilégio apenas de seis grandes potências), fornecem um capital político, diplomático e militar com potencial de efetivar o status de potência regional incontestante, perante os países sul-americanos e os atores extrarregionais.

Vencer o “desafio regional” é uma tarefa relevante para a potência emergente ter reconhecida sua pretensão global de ter um assento permanente no CSNU. Os submarinos, em conjunto com outros programas de

reaparelhamento das Forças Armadas, podem enviar uma mensagem de que a nação possui os recursos de poder duro necessários e as credenciais para entrar no seletivo grupo de países com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este é o segundo desafio a ser vencido: superar a debilidade econômico-militar que fragiliza a atuação internacional e os ganhos por meio de sua política externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a explicar os condicionantes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, este artigo abordou elementos explicativos, em três esferas de interesse: uma relacionada à defesa da Amazônia Azul e de seus recursos; uma de nível regional e outra que diz respeito aos interesses brasileiros de nível global. Esses interesses são inter-relacionados, na medida em que, tanto a obtenção da preponderância militar na América do Sul e do reconhecimento de status de potência regional incontestes quanto a obtenção de uma capacidade militar mais consistente são obstáculos às pretensões internacionais do País. Os submarinos, como armas de guerra que guardam atributos táticos, de agressão e diplomáticos exclusivos, têm a capacidade de instrumentalizar as estratégias de defesa e política externa do Brasil.

As razões pelas quais o Brasil iniciou investimentos bilionários nessas embarcações estão no campo político-estratégico. Os indutores do PROSUB situam-se entre o âmbito estritamente *político* e o *militar*. A *estratégia*, nível intermediário entre as duas esferas, instrumentaliza as *armas* e as capacitam para atuar além dos teatros de operação. Dentro dos níveis regional e global, a demonstração simbólica da força se adéqua aos interesses brasileiros, uma vez que auferem prestígio e reputação, capazes de alterar as visões sobre as capacidades e o poderio da nação e influenciar em negociações e barganhas. Com o comissionamento dos cinco submarinos, a MB conseguirá se distanciar ainda mais dos vizinhos e tornar-se-á uma referência naval no mundo, entrando no seletivo grupo de países que possuem e produzem submarinos movidos por energia nuclear.

Os submarinos também guardam o potencial de efetivar uma nova diplomacia naval, apta a auferir ganhos, por meios da cooperação em material de defesa. Sendo detentora do *know-how* e tecnologia para fabricação de modernos submarinos, em uma área em que os países não têm condições de fabricar seus próprios meios, desenhar-se-ia uma alternativa

de negócio e capital político. A dissuasão é a indutora do PROSUB, no que se refere aos condicionantes relacionados à defesa da Amazônia Azul. A projeção de poder está inserida nessa dinâmica, em que todas as tarefas básicas e operações da Força Naval brasileira contribuem para constituir o valor dissuasório. Em conjunto com novos navios de superfície, navios anfíbios e meios aéreos embarcados, os submarinos podem projetar significativo poder real no entorno estratégico brasileiro, sobretudo na costa africana.

A posse de um submarino com propulsão nuclear deverá promover prestígio à esquadra brasileira. O que está em jogo é a política de poder. Uma dinâmica em que o País tenta conseguir ganhos e aumentar sua posição relativa, utilizando as armas para gerar prestígio e uma reputação positiva sobre seu poderio e suas capacidades. Nesse sentido, o SN, mesmo não sendo uma garantia para o assento permanente no CSNU, sinaliza que o Brasil está disposto a encarar os custos e responsabilidades inerentes a essa posição, como possuir capacidades militares condizentes com um *global power*.

SUBMARINES FOR WHAT? CONDITIONING FACTORS OF THE BRAZILIAN SUBMARINE DEVELOPMENT PROGRAM

ABSTRACT

What are the driving factors of the Submarine Development Program? This article explains that the high investment in the production of new conventional submarines and the first nuclear-powered submarine in Brazil is conditioned by objectives in three spheres of interest: (1) for the defense of the Blue Amazon, its natural and energy resources (above all oil reserves in the pre-salt) and protection of foreign trade routes; (2) interests at the regional level, in which Brazil seeks to strengthen the integration process as a means of promoting regional stability and consolidating its leadership in South America; and (3) to promote goals at a global level, in which the country seeks to expand its international insertion, participate in decision-making processes of greater importance and acquire a permanent seat on the Security Council of the United Nations (UNSC). The methodology was qualitative, guided by the particularities of the case and operationalized by bibliographic-documental technique. It was found that the submarines' tactical, diplomatic and offensive attributes are suited to Brazilian interests, as they instrumentalize its foreign and defense policy. **Keywords:** Submarine. Prosub. Naval Power. National Defense. Brazil.

REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, J. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 52, n.2, 2009.

AMORIM, Celso. Discurso XLVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Segunda Parte. 27 set. 1993. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (Org). **O Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2007.

BERTONHA, J. F. Brazil: an emerging military power. The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21 century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n.2 , 2010.

BETHELL, L. Brazil: regional power, global power. **Open Democracy**, 9 jun. 2010. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/brazil-regional-power-global-power/>. Acesso em 30 de Jul. 2019.

BOOTH, Ken. **Navies and foreign policy**. London: Routledge Revivals, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 02 fev. 2018

BRASIL. **Livro Branco de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990. **Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília,DF: Imprensa Nacional, 1996.

BRASIL. Entrada Forçada. In: **Glossário das Forças Armadas**. [S. l]: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.

BRIGIDO, Eveline Vieira. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. **Século XXI**, n.2, p.89-104, jul./dez. 2011.

CALL. C; ABDENUR, A. E. A “Brazilian way”? Brazil’s approach to peacebuilding. **Geoeconomics and Global Issues**, Paper 5, 2017.

CAMPO de Iara, vizinho a Tupi, tem até 4 bilhões de barris de óleo. **Gazeta do Povo**, 10 set. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/campo-de-iara-vizinho-a-tupi-tem-ate-4-bilhoes-de-barris-de-oleo-b67jjsqn9wycozzfksoumite6/>. Acesso em: 10 fev. 2019

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p.222-248, 2016.

CASTRO, Vinicius. Uma nova estratégia? **Defesa Aérea e Naval**, 05 nov. 2012. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/artigos/uma-nova-estrategia-2>. Acesso em: 23. Jan. 2018.

CASTRO, Vinicius. NUCLEP na Cerimônia de Integração dos Submarinos Classe Riachuelo. **Tecnologia e defesa**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/nuclep-na-cerimonia-de-integracao-dos-submarinos-classe-riachuelo/>. Acesso em: 07 out. 2019.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Amazônia. **Folha de São Paulo**. 25 fev. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2502200409.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CERVO, A. L. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 46, n.1, p.5-11, 2003.

CERVO, A. L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de estratégia**. La Reina: Academia de Guerra del Ejército de Chile, 2011.

ERVILHA, E. T. F. **Obtenção das Características Operacionais do Submarino Nuclear Brasileiro**: um mergulho muito além da Amazônia Azul. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

FLORES, M. **Reflexões Estratégicas**: repensando a defesa nacional. São Paulo: É Realizações, 2002.

FONSECA JR. Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRAGATA “União” suspende para Missão no Líbano. **Marinha do Brasil**. 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-uniao-suspende-para-missao-no-libano>. Acesso em: 22 fev. 2019.

GALANTE, A. Submarinos convencionais e nucleares de ataque. **Poder Naval**, 25 mai. 2013. Disponível em: www.naval.com.br/blog/2013/05/25/submarinos-convencionais-e-nucleares-de-ataque/. Acesso em: 14 out. 2018.

GALANTE, A. Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul, na Escola Naval. **Poder Naval**. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

GALANTE, A. Marinha compra quatro fragatas por 9,1 bilhões . **Poder Naval**. 04 mar. 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 jul. 2021.

GODOY, R. Marinha compra quatro navios de guerra lançadores de mísseis. **Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/>

marinha-compra-quatro-navios-de-guerra-lancadores-de-misseis,1de14158c2f8b926f3c3980c7fde09c4647f0fd2.html. Acesso em: 14 jun. 2020.

HAMANN, Eduarda P., Brazil and R2P: A Rising Global Player Struggles to Harmonise Principles and Practice. In: BROSIG, Malte (ed.) **The Responsibility to Protect – from evasive to reluctant action? The Role of Global Middle Powers**. Johannesburg: Hans Seidel Foundation; Konrad-Adenauer-Stiftung; Institute for Security Studies; South Africa Institute of International Affairs, 2012.

HECHT, L. A. R. **Submarino Nuclear: Sua importância estratégica para o Brasil**. Monografia (Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

HURREL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? **International Affairs**, v. 82, n. 1, p.1-19, 2006.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES(IISS). **The Military Balance 2013**. Londres: Taylor and Francis, 2013.

LIBERATTI, Wellington. Aula Inaugural do CASO 2002. **O Periscópio**, Niterói, n. 56, p. 3-14, 2002.

LIMA, Maria Regina Soares de. HIRST, Mônica. **International Affairs**, v. 82, n. 1, 2006.

LIMA, Raphael Camargo. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

LOPES, R. S40 Riachuelo V- A Fortaleza de Itaguaí. **Zero Hora**, 08 dez. 2018. Disponível em: www.defesnet.com.br/prosub_s40/noticia/31420/S40-Riachuelo-V--A-Fortaleza-de-Itaguaí/. Acesso em: 07 out. 2019.

MARINHA DO BRASIL. Doutrina básica da Marinha. Brasília, DF, [S. l.], 2014.

MALAMUD, A. Foreign Policy Retreat: Domestic and Systemic Causes of Brazil's International Rollback. **Rising Powers Quarterly**, v. 2, n. 2, 2017.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Agenda brasileira para uma arquitetura Sul-Americana de defesa sob uma perspectiva militar. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, 2., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [S. n], 2009. p.

MELLO, F. C. Política externa brasileira e os blocos internacionais. **Perspec.**, São Paulo, v.16, jan./mar. 2002.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília, DF: UnB, 2003.

MOURA, José Augusto Abreu de. **A estratégia naval brasileira no Pós-Guerra Fria**: uma análise comparativa com foco em submarinos. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

NYE, J. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de et al. O papel do Ministério da Defesa na política externa brasileira para a América do Sul. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 49-66, 2010.

O PROSUB e o submarino nuclear brasileiro SN-BR. **Poder Naval**. 20 fev. 2018.

PADILHA, L. Submarino Nuclear Brasileiro 'Alvaro Alberto' (SN 10). **Defesa Aérea e Naval**, 07 dez. 2012. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/ciencia-e-tecnologia/submarino-nuclear-brasileiro-alvaro-alberto-sn-10>. Acesso em: 07 out. 2019.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança e defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil. **Diálogo**, Canoas, n. 16, jan./jun.

2010.

PECEQUILO, C. S. A política externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p.136-53, 2008.

PEREIRA, Roger. O que é a Amazônia Azul e por que o Brasil quer se tornar potência militar no Atlântico. **Gazeta do Povo**, 01 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/amazonia-azul-brasil-potencia-militar-atlantico/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

ROETT, R. **The New Brazil**. [S. l.]: Brookings Institutions Press, 2011.

ROSINSKI, Herbert. La structure de la stratégie militaire. **Institut de Stratégie Comparée-Clausewitz II**, p. 97-98, 2009.

SARRO, T.J. **O uso do submarino nuclear pela Marinha do Brasil**: missões tarefas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016.

SCHIRM, S. Leaders in Need of Followers: Emerging Powers in Global Governance. **European Journal of International Relations**, v. 16, n.2, 2010.

SILVA NETO, J. A. **O emprego estratégico dos submarinos convencional e nuclear brasileiros**: Uma análise à luz da Estratégia Nacional de Defesa. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, Gustavo José B. de. **Livros Brancos de Defesa**: realidade ou ficção? Curitiba: Appris, 2018.

SUBMARINO de ataque S40 RIACHUELO: Como funciona o Naval Group SUBTICS (CSM). [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Caiafa Master. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sez-JznpVQ4&t=153s>. 21 jan. 2019. Acesso em: 02 jan. 2018.

TEIXEIRA DE MACEDO. O. H. Perspectivas da diplomacia naval. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 391-410, jul./dez.

2013.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Da. Política de defesa e segurança do Brasil no século XXI: um esboço histórico. In: FILHO, Edison Benedito da Silva Filho; MORAES, Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

TILLY, C. Why and how history matters. In: GOODIN, R.E; TILLY, C. (orgs.). **Oxford Handbook of Contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

VALE a pena ver de novo: o primeiro submarino com snorkel na US Navy. **Poder Naval**, 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2015/09/29/o-primeiro-com-snorkel-na-us-navy/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VAZ, A. Brazilian foreign policy under Lula: change or continuity?. **FES Briefing Paper**, 2004.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional (PUC-RIO)**, v. 29, p.273-335, 2007.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.31-61, nov. 2003.

VIZENTINI, P. G. F. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Recebido em: 06/07/2020

Aceito em: 15/10/2021